

## A DESORDEM DA EXCEÇÃO

Rhanna Judsa SANTOS (Unileste); Bruno Ribeiro MACHADO (Unileste)

**Introdução:** Segundo Agamben, a Exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal, e coloca-se como um paradigma de governo dominante na política contemporânea, deslocando uma medida excepcional para uma técnica governamental, sendo um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. Utiliza-se da obra “O processo” de Kafka, para analisar a Exceção. Neste move-se um inquérito contra o personagem Joseph K, que durante toda a narrativa jamais conhece sua acusação. Tal procedimento judicial deixa de oferecer um julgamento e defesa justos; a natureza das leis é segredo até para o acusado, não havendo assim qualquer segurança jurídica. **Objetivo:** Reconhecer a Exceção presente n’O Processo - apontando suas principais características como a omissão da verdade e a destinação de benefícios/malefícios a grupos específico.

Demonstrar as denúncias do regime feitas pelos autores consultados e sua permanência na sociedade através do tempo, comparando os fatos com o cenário brasileiro atual. **Metodologia:** Optou-se por uma pesquisa bibliográfica como principal fonte de embasamento teórico para realizar a análise da obra de Kafka, em consoante com o Regime de Exceção descrito por Giorgio Agamben, assim como também se utiliza de algumas situações da sociedade brasileira atual para elaborar e evidenciar o comparativo proposto. (Caso Roberto Jefferson/Orçamento Secreto) **Resultados:** O Estado de Exceção é um conceito que busca majoritariamente criticar uma determinada ação do governo. Caracteriza-se pela suspensão parcial da ordem, gerando autoridade ilimitada, da qual se vale para beneficiar determinado grupo de pessoas/interesses, e/ou prejudicar outros. Ressalta-se também, que os indivíduos aderentes da Exceção são os mesmos que deveriam representar o povo, portanto, tal fato abala diretamente a Democracia e o Estado Democrático de Direito.

Apesar de Kafka ter escrito O Processo quase cem anos atrás, suas denúncias são válidas na atualidade. Com o recurso literário, o autor analisa a instrumentalização do Poder Judiciário, que utiliza da Exceção para estar acima da lei, favorecendo seus próprios fins. Ainda que não seja clara a motivação do processo narrado, a obra nos mostra que a defesa é meramente tolerada, que se nega o fornecimento de informações ao réu, suspendendo direitos no caso em tela, que se trazidos para a realidade, são assegurados pela Constituição Brasileira.

Esses atos, destacando a ausência da “publicação da verdade” e a “suspensão” do direito de defesa, foram demonstrados recentemente de maneira nítida no contexto brasileiro, seja legalizando um orçamento secreto, ou se permitindo que uma abordagem agressiva a agentes federais seja tratada de maneira tranquila. **Conclusão:** Conclui-se que, a partir do Regime de Exceção, o abuso de poder pode ser praticado em governos que se dizem democráticos, por meio de atos excepcionais que fogem aos limites da lei. Estes estão extremamente presentes na política brasileira, suprimindo das camadas mais frágeis da sociedade, a garantia à justiça.

**Palavras-chave:** Governo. Estado de exceção. Democracia.